

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Instituto Superior Técnico**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de Balanço de 126.202.597 € e um total de Fundos Próprios de 53.954.790 €, incluindo um Resultado Líquido de 2.854.542 €), a Demonstração de Resultados por Naturezas, os Mapas de Execução Orçamental e os Anexos às Demonstrações Financeiras do exercício findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Administrativo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Administrativo, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Excepto quanto ao mencionado nos parágrafos 6, 7 e 8 abaixo, entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

6. Não foi obtida resposta dos advogados do IST ao nosso pedido de informações relativas a litígios, processos judiciais intentados contra o Instituto ou reclamações de qualquer natureza, pendentes de decisão em 31 de Dezembro de 2006, dos quais possam resultar eventuais encargos futuros para o Instituto, os quais, de acordo com o Princípio da Prudência, devam ser objecto de constituição de provisão naquela data.

7. O IST procede ao reconhecimento dos proveitos relativos a subsídios e transferências concedidos para financiamento de projectos por si desenvolvidos e de projectos desenvolvidos por terceiras entidades no âmbito de consórcios por si liderados, no exercício em que os mesmos são recebidos, independentemente do exercício a que os mesmos efectivamente respeitam, bem como ao reconhecimento dos custos das inerentes prestações de serviços efectuadas por terceiros e das transferências a efectuar pelo Instituto para as entidades integrantes de consórcios por si liderados, no exercício em que os mesmos são pagos, independentemente do exercício a que os mesmos respeitam. Não nos foi disponibilizada informação suficiente à quantificação do efeito, nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006, do registo dos proveitos e custos associados a cada projecto no exercício contabilístico a que respeitam, de acordo com o Princípio da Especialização dos Exercícios.
8. O IST procede ao reconhecimento dos proveitos relativos a propinas de ensino pós graduado no exercício em que os mesmos são recebidos, independentemente do exercício a que os mesmos respeitam. Não nos foi disponibilizada informação suficiente à quantificação do efeito, nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006, do registo dos proveitos relativos a propinas do ensino pós graduado no exercício contabilístico a que respeitam, de acordo com o Princípio da Especialização dos Exercícios.
9. As Dívidas de Clientes e de Outros Devedores incluem aproximadamente 345.000 € de valores a receber que apresentam, em nossa opinião, elevado risco de incobrabilidade e para os quais não se encontra constituída qualquer provisão, pelo que, atendendo ao Princípio da Prudência, o Activo deveria ser objecto de ajustamento negativo no referido valor.
10. A estimativa dos custos com férias e subsídios de férias vencidos em 2006 e a liquidar em 2007, registada em rubrica de Acréscimos de Custos em obediência ao Princípio da Especialização dos Exercícios, apresenta-se, de acordo com os nossos cálculos, insuficiente em aproximadamente 514.000 €, relativos a encargos com a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações incidentes sobre tais remunerações e a suportar pelo Instituto. Assim, é nossa opinião que o Resultado Líquido do exercício se encontra sobrevalorizado em 514.000 €, encontrando-se os acréscimos de custos, evidenciados no Passivo, subvalorizados em igual montante.
11. O IST, consistentemente com o procedimento adoptado em exercícios anteriores, não procedeu ao registo no seu activo do acréscimo de proveitos correspondente ao valor a receber em 2007 do Orçamento Geral do Estado para financiamento parcial dos custos com férias e subsídios de férias e respectivos encargos sociais, vencidos em 2006 e a liquidar em 2007, o qual, de acordo com o orçamento aprovado para 2007, será de aproximadamente 6.522.000 €. Assim, é nossa opinião que os Fundos Próprios do IST se encontram subvalorizados em aproximadamente 6.522.000 €, dos quais 6.448.000 €, correspondentes ao financiamento do Orçamento Geral do Estado recebido em 2006 para financiamento dos encargos de tal natureza vencidos em 2005 e objecto de adequado acréscimo de custo em tal exercício, liquidados em 2006, se deveriam encontrar registados em Resultados Transitados, e 74.000 €, correspondentes ao acréscimo dos encargos de tal natureza verificado entre 2005 e 2006, se deveriam encontrar registados em proveitos do exercício de 2006, afectando o respectivo Resultado Líquido. Assim, é nossa opinião que os acréscimos de proveitos, evidenciados no Activo, se encontram subvalorizados em 6.522.000 €, encontrando-se os Resultados Transitados e o Resultado Líquido de 2006 subvalorizados em, respectivamente, 6.448.000 € e 74.000 €.
12. O IST mantém registadas no Balanço em 31 de Dezembro de 2006 provisões para outros riscos e encargos, no valor de 153.197 €, as quais foram constituídas para fazer face a passivos contingentes, os quais, de acordo com a informação que nos foi disponibilizada, inexistem na referida data. Assim, é nossa opinião que o Resultado Líquido do exercício se encontra subvalorizado em 153.197 €, encontrando-se a rubrica de provisões, evidenciada no Passivo, sobrevalorizada em igual montante.

OPINIÃO

13. Em nossa opinião, excepto quanto aos eventuais efeitos das situações mencionadas nos parágrafos 6, 7 e 8 e excepto quanto às situações mencionadas nos parágrafos 9 a 12, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto Superior Técnico, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector da Educação.

ÊNFASES

14. Sem alterar a opinião anteriormente emitida, salientamos que:

- 14.1 Conforme divulgado nas notas 8.1.7 e 8.2.3 dos Anexos às Demonstrações Financeiras, estas demonstrações obedecem ao Princípio Contabilístico do Custo Histórico, excepto no que se refere às seguintes situações:

- a) O activo imobilizado adquirido até 31 de Dezembro de 1992 foi objecto de inventariação e avaliação por duas entidades externas independentes, tendo sido reflectido no Balanço em 31 de Dezembro de 2003 pelo menor valor global de tais avaliações. O valor bruto do imobilizado evidenciado no Balanço em resultado de tal processo foi registado por contrapartida da rubrica de Património no caso dos terrenos (cerca de 11.938.000 €) e por contrapartida de Proveitos Diferidos no caso do restante activo (cerca de 59.181.000 €).
- b) Em resultado de novo processo de inventariação e avaliação dos seus bens móveis conduzido por uma entidade externa independente e reportado a 31 de Dezembro de 2004, no âmbito da implementação do CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, o IST registou, no exercício de 2005, um acréscimo do imobilizado, por contrapartida de Reservas de Reavaliação, no valor de 2.198.646 €. Este valor corresponde à diferença entre o valor dos bens apurado pela inventariação e avaliação (12.804.215 €) e o valor líquido evidenciado na contabilidade do IST em 31 de Dezembro de 2004 (10.605.569 €), sendo de referir que o valor resultante da avaliação é composto por 3.357.006 € de bens cujo custo histórico foi identificado e 9.447.209 € de bens cujo custo histórico não foi identificado. Os bens para os quais não foi possível identificar o respectivo custo histórico foram avaliados de acordo com o valor em estado de novo de bens idênticos ou comparáveis, depreciados de acordo com a vida útil já decorrida, tal como definido na Portaria 671/2000, de 17 de Abril, tendo sido definidas vidas úteis dos mesmos correspondentes à metade da vida útil definida na referida Portaria para as classes de bens em que os mesmos se integram. De referir que, nos termos do POC Educação, a rubrica de Reservas de Reavaliação deveria registar exclusivamente os aumentos de valor do imobilizado resultantes de ajustamentos monetários.
- c) As Demonstrações Financeiras incluem dois edifícios cedidos pelo Estado, os quais foram incorporados no imobilizado do IST, em 1994, pelo valor aproximado de 4.300.000 €, o qual foi determinado por avaliação efectuada por entidade especializada.
- d) As Demonstrações Financeiras incluem um lote de terreno no Parque de Ciência e Tecnologia de Oeiras, registado no imobilizado, em 1998, pelo valor aproximado de 5.834.000 €, resultante da cedência a título gratuito, pela Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, SA, de um direito de superfície perpétuo sobre esse terreno. O referido valor foi determinado de acordo com o valor patrimonial indicado na escritura de compra e venda efectuada em 30 de Dezembro de 1998, não se encontrando suportado por avaliação patrimonial.

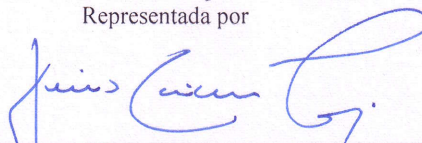
- e) As Demonstrações Financeiras incluem, em imobilizações corpóreas, diversos bens em estado de uso, recebidos, em 1999 e 2001, como dação em pagamento no âmbito do plano de recuperação da dívida do ITEC e nos termos de Despacho Governamental emitido sobre tal matéria, valorizados em 1.280.691 €. Os referidos bens não foram objecto de avaliação por entidade externa independente.
- 14.2** Conforme divulgado nas notas 8.1.7 e 8.2.3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, no âmbito da implementação do CIBE o IST procedeu igualmente à inventariação e avaliação dos bens imóveis de propriedade do Estado sob sua administração e controlo, a qual foi efectuada por perito independente. A regularização jurídica da propriedade de tais imóveis para a posse plena do IST e consequente relevação dos mesmos nas Demonstrações Financeiras, encontra-se pendente da necessária homologação da Direcção-Geral do Património, nos termos definidos na Lei 108/88, de 24 de Setembro, Decreto Lei 252/97, de 26 de Setembro e Decreto Lei 199/2004, de 18 de Agosto. A relevação contabilística dos referidos imóveis de acordo com a avaliação realizada conduzirá a um aumento do valor do imobilizado em cerca de 50.414.000 € e correspondente aumento dos fundos próprios do Instituto.
- 14.3** As Demonstrações Financeiras não compreendem os bens que integram os museus do IST, nem o material artístico-cultural das bibliotecas adquirido até 31 de Dezembro de 1992, devido a dificuldades técnicas associadas à sua avaliação.
- 14.4** A rubrica de Outros Credores, evidenciada no Passivo, inclui um saldo de 2.268.580 € relativo a despesas de saúde de funcionários do Instituto, debitadas pela ADSE e relativas ao período decorrido entre 1998 e 2002, a suportar pelo IST. O IST não procedeu à liquidação de tal dívida, justificando tal facto com a falta de dotação orçamental, originada pelo incumprimento da Lei de Financiamento do Ensino Superior. Por esse motivo, o Instituto tem vindo a solicitar aos ministros da tutela que a dívida referente à ADSE possa ser saldada por conta da compensação financeira que o IST entende ser devida pelo Estado, no montante de 3.581.000 €, dos quais 2.257.000 € referentes a propinas de mestrado e doutoramento de estudantes de pós-graduação, docentes de outras instituições de ensino superior e politécnico que o IST acolheu nos anos lectivos entre 1997 e 2002 e que estiveram isentos de pagamento no âmbito do Decreto-Lei nº 216/92, de 13 de Outubro; e 1.324.000 € relativos a propinas de 125 docentes que foram alunos de programas de doutoramento durante o mesmo período e que estiveram isentos de pagamento no âmbito do mesmo Decreto-Lei. O referido montante de 3.581.000 € não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras do IST reportadas a 31 de Dezembro de 2006.

Lisboa, 26 Junho de 2007

CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por



Luís Pedro Caiano Pereira
ROC nº 842